

Este número da revista *ex æquo*, intitulado «Mulheres, Participação e Democracia», pretende trazer contribuições para um debate que se vem processando em torno da participação na construção do espaço social, pelos membros de uma comunidade alargada entendida, nomeadamente, através da noção habermasiana de espaço comunicacional. Várias reflexões e elaborações de autoras e autores, nesta perspectiva, têm configurado este espaço em que as questões da participação são enquadradas, não restringidas à participação no exercício do voto, mas acentuando a pluralidade de formas em que se elabora o sentido das autonomias pessoais e de grupo, como capacidade de fazer escolhas informadas em relação ao que há a fazer e de como se pode fazer, como oportunidade de participar em formas de produção social e cultural, como forma de se situar, de debater práticas sociais, de formular e interpretar necessidades sociais, de lutar por uma sua concretização (Lister, 1997).

Trata-se assim de um enquadramento que procura ecoar as preocupações de Iris Young em torno de democracia, mais explicitamente quando acentua a relevância de uma participação das pessoas na tomada de decisões relativas a situações em que estão envolvidas e em que vivem, e na influência que podem exercer nas decisões tomadas. É esta participação que reforça um sistema democrático. Como afirma: «A legitimidade normativa de uma decisão democrática depende do grau em que as pessoas, que foram afectadas por ela, foram incluídas no processo de tomada de decisão e tiveram a oportunidade de influenciar os resultados» (Young, 2000: 5-6).

De facto, este posicionamento baseia-se na clarificação do «modelo de democracia» considerado nestas perspectivas – modelo sistematizado tanto por Anne Philips (1991) como por Carlos A. Torres (2001), sublinhando a importância de ultrapassar o que se denomina (de) modelos binários de democracia (Philips, 1991), nomeadamente os que situam o problema na mera oposição entre democracia liberal/democracia participativa. As visões clássicas tenderam a centrar a sua atenção sobre a relação entre o indivíduo e o estado, a actividade do governo, a prestação de contas pela realização de eleições regulares, etc. As perspectivas enunciadas anteriormente seguem um outro caminho que é o de (se) confrontarem (com) o paradoxo enunciado por J.-J. Rousseau: «Jean-Jacques Rousseau é reconhecido pelo seu argumento de que a desigualdade em posses mina a liber-

A *ex æquo* é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspectivas destes estudos, quer ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, dirige-se a investigadores/as, nestas áreas, a estudantes (a partir do Ensino Superior), procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estas áreas do saber.

dade e o consentimento, que enquanto um homem (sic) é suficientemente rico para tornar o outro seu servo, e um outro tão pobre que tem de se submeter, não podemos falar deles como igualmente independentes e livres» (Philips, 1991: 15).

Estas palavras, ainda que baseadas num universal neutro, em que a humanidade parece reduzir-se à existência do ser masculino, possivelmente branco, ocidental, – e em que as formas de dominação teriam tendência a ser entendidas à luz das desigualdades económicas – constituem uma contribuição bem focada para a abordagem de processos democráticos mais alargados, em que mulheres e homens, na sua diversa heterogeneidade, possam ser incluídos de forma a que processos de dominação, de dependência e submissão sejam problematizados, sendo equacionados na procura de outras formas de existência e de construção de relações humanas.

A contribuição feminista tem sido, sobretudo a partir da denúncia da anti-democraticidade da divisão público e privado – desconstruindo a forte contradição entre os discursos de igualdade política no espaço público e a subordinação em que se coloca o espaço privado em termos de subordinação social e económica – e quebrando este binarismo limitador, procurando desenvolver um sentido de comunidade e de associação, na base de uma convivialidade, de actividade e transformação, que são educativas em si mesmas, como sublinha Pateman no seu trabalho muito referenciado de 1970, *Participation and Democratic Theory*. Através do impulso de grupos, relacionados com os novos movimentos sociais, de grupos diferentes que ganham identidade e se reclamam de uma dada visão, e de organizações sociais como as organizações não governamentais (ONGs), espera-se construir e influenciar uma maior expansão da democracia, que inclua a democratização das famílias, dos contextos afectivos e da vida de todos os dias.

Tomando as preocupações aqui enunciadas, este número da *ex æquo* apresenta-se organizado em três partes que se complementam.

Na primeira, «Re-significar a Participação Democrática das Mulheres», partindo de enquadramentos diversos, estão incluídas, nomeadamente, propostas feministas da necessidade de uma reengenharia do tempo, de um desenvolvimento sustentável, e de medidas de acção positiva que corporizem a Estratégia de Lisboa, na sua segunda fase.

A segunda parte, intitulada «Que sentidos para o *empowerment*?», apresenta um conjunto diverso de propostas, enquadradas em linhas teóricas distintas, e que fazem reflectir sobre diferentes perspectivas feministas. O activismo *queer* e o feminismo, o questionamento da tomada de decisão no âmbito de uma cidadania participativa, a construção do sujeito político feminista e a acção de ONGs, bem como as carreiras de militantes feministas associativas, são alguns dos temas abordados.

Na terceira parte, «Percurso de ONGs e reflexões em torno do feminismo», reúnem-se contribuições que reflectem sobre preocupações e iniciativas de

ONGs, mas também de outras instituições que, em outros países, sob a influência das perspectivas feministas, têm feito intervenção para enfrentar problemas como o da violência contra as mulheres.

Seguem-se ainda algumas recensões e textos de apresentação pública de números anteriores da revista.

Este número da *ex æquo* apresenta uma forte heterogeneidade de temas e perspectivas, de alguma forma traduzindo o que foi a variedade de contribuições do colóquio internacional que a APEM organizou em Janeiro de 2005, com o mesmo título deste número e com as finalidades acabadas de expressar: Aqui se publicam contribuições relacionadas com esse encontro¹.

Queria agradecer, em nome da Direcção da APEM, a colaboração de especialistas que colaboraram neste número na elaboração de pareceres, não esquecendo a cooperação sistemática e atenta de Eunice Macedo, Wal Costa e Liliana Vieira.

Referências Bibliográficas

- Lister, Ruth (1997), *Citizenship – feminist perspectives*, Londres, Routledge.
 Philips, Anne (1991), *Engendering Democracy*, Oxford, Polity Press.
 Torres, Carlos Alberto (2001), *Democracia, Educação e Multiculturalismo – dilemas de cidadania em um mundo globalizado*, Petrópolis, Vozes.
 Young, Iris M. (2000), *Inclusion and Democracy*, Oxford, Oxford University Press.

1 Os textos apresentados nesse Encontro estão publicados em CD-ROM, intitulado *Actas do V Encontro da APEM – Mulheres, Participação e Democracia*, 2005, 28 e 29 de Janeiro, que se realizou na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, com o apoio da Fundação Gulbenkian, da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), da FPCE/UP e do CIIE (Centro de Investigação e Intervenção Educativas).